

# FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO NO BRASIL COLONIAL\*

Ana Palmira Bittencourt Casimiro  
Camila Nunes Duarte Silveira  
Maria Cleidiana Oliveira de Almeida

## Razões da Educação no Brasil Colônia

Como já existem muitas pesquisas e publicações sobre a economia, a política, a sociedade, a cultura, a educação e a evangelização no período colonial brasileiro, debruçamo-nos sobre vasto material coletado e revisitamos os pensamentos fundadores sobre o assunto. Tais publicações indicam que o Brasil iniciou sua formação com elementos nativos, portugueses e africanos, e estabeleceu, aqui, uma sociedade dividida em classes, na qual a participação da Igreja Católica foi fundamental.

Desde a Antiguidade, passando pelo mundo medieval até a Modernidade, a Igreja disseminou um enorme cabedal teológico, que sofreu variações qualitativas e quantitativas onde quer que se instaurou. Nas diversas etapas da Idade Média, os teólogos continuaram a interpretar as Escrituras nas suas fontes (conhecimentos patrísticos) e fizeram releituras dos textos sagrados, mediante as interpretações dos primeiros padres.

No início do século XVI, com a divisão dos cristãos em protestantes e católicos, a fundação das ordens religiosas modernas, e as disposições do Concílio de Trento (1545-1563), os conteúdos escolásticos foram, mais uma vez, reformados, mediante a Segunda Escolástica, devido aos novos desafios da modernidade e, também, como uma tentativa de responder às dificuldades da colonização moderna e da evangelização nas terras recém-conquistadas. Foram quase três séculos de educação colonial, com fases cronológicas correlacionadas com acontecimentos referentes à expansão do Reino Português.

---

\* DOI - 10.29388/978-65-6070-055-0-0-f.144-156

Nesses três séculos, os fenômenos educacionais ocorridos no Brasil sofreram modificações paulatinas (Casimiro, 2002). Em vista disso, podemos caracterizar a educação na Colônia por alguns aspectos complementares: a) uma ordem cronológica segundo os séculos coloniais; b) modelos diferenciados de educação, conforme a escala social e gênero dos educandos, ou seja, brancos, negros, mestiços, índios, mulheres, conventuais, dentre outras variantes; c) de acordo com os agentes educacionais, sendo eles jesuítas, franciscanos, oratorianos e outras ordens, escolas paroquiais, escolas conventuais, conventos femininos, educação de órfãos, escolas de ABC, dentre outras categorias. Todas essas modalidades tinham uma conotação eminentemente religiosa (Casimiro, 2002).

Tal educação impregnou a sociedade colonial em todos os seus espaços, públicos e privados, doutrinando e castigando – em nome da fé – indistintamente e vigiamente; isso, por sua senda, fez com que essa sociedade adquirisse características próprias, assim como as necessidades sociais e culturais da Igreja e do Estado. Segundo as constituições religiosas, os clérigos só poderiam usar ‘cores honestas’ e tonsura nos cabelos. O clero pertencia à nobreza do espírito. Com isso, as desigualdades eram vistas como uma coisa normal (Fragoso, 2000). Pequena parcela de brancos comparecia às escolas e colégios; e alguns fidalgos completavam os seus estudos no Reino. Para a parcela maior da população, os não brancos, ela proporcionou apenas os rudimentos das primeiras letras, o ensino profissionalizante e a catequese. Instituiu, também, instrumentos de controle, disciplinas e castigos, partindo do pressuposto de que a fonte de tudo era Deus e de que o direito divino deveria subordinar o direito humano (Casimiro, 2002). A prática religiosa era obrigatória e o não cumprimento dos mandamentos de Deus e da Igreja eram passíveis de castigos, cujos graus variavam mediante as faltas e o lugar social do faltoso.

A Companhia de Jesus foi a primeira a ser encarregada oficialmente da missão de transformar os indígenas em súditos da Coroa lusa, mediante a conversão (Almeida; Maria, 2020). Depois, carmelitas, beneditinos, mercedários e franciscanos também passaram a ser agentes ativos da Educação no Brasil. Porém, mais ativa e importante do que as demais

ordens esteve sempre a Companhia de Jesus, com uma organização escolar mais 'eficiente', com colégios e missões espalhados por todo o Brasil, até quando foram expulsos, em 1759.

Outras ordens religiosas foram também evangelizadoras, sendo que os franciscanos atuaram ativamente na educação missionária, na educação de primeiras letras, e na formação dos quadros da Ordem. Mas, sem dúvida, foi a Companhia de Jesus a principal protagonista da educação colonial. O ensino informal coadunava um significativo reforço da evangelização nos sermões, pinturas, obras de talha, novenas, ofícios divinos, procissões, e, maiormente, na obrigatoriedade de se cumprir os mandamentos de Deus e da Igreja.

Nos séculos XVI e XVII, três aspectos foram decisivos para um novo direcionamento pedagógico, os quais adaptaram novas formas pedagógicas e intensificaram a docência e a evangelização, com ênfase nos países ibéricos. Esses aspectos foram: a) a cisão da Igreja em protestantismo e catolicismo; b) o Concílio de Trento; e c) a instituição da Companhia de Jesus, cujos membros vão cumprir o papel mais significativo na pedagogia. Outros fatores de peso foram: a crescente centralização romana da Igreja Católica; uma conseqüente concentração de poderes eclesiásticos no papado; e uma organização eclesiástico-administrativa cada vez mais eficaz. Essas mudanças foram o ponto de partida para o direcionamento da moral e da doutrina católica no mundo cristão.

## **Franciscanos na Educação do Brasil Colonial**

Gerações de franciscanos ilustres contribuíram para o conhecimento científico e teológico, mediante a especulação filosófica e científica. Além disso, orientaram a ação franciscana na história, clarificaram e atualizaram a 'forma de vida' franciscana e, ainda, conciliaram o ideal de São Francisco com as normas da Igreja Católica:

Os conventos franciscanos nos quais havia estudos filosóficos e teológicos se tornaram espaços de erudição e de sociabilidade intelectual, sendo que em Pernambuco, temos notícias de que no século XVIII havia nos conventos franciscanos, carmelitas, jesuítas, e oratorianos momentos de intensa atividade intelectual através dos

alunos que apresentavam e defendiam suas Conclusões/Sentenças a partir de Tomás de Aquino ou de Duns Escoto [...] podemos supor que se tratava de *disputationes* (debates) em torno de temas teológicos ou filosóficos em voga em Portugal e no Brasil. Entre os franciscanos, a doutrina de Duns Escoto consolidava a formação dos frades da Província de Santo Antônio do Brasil (Almeida, Marcos, 2020, p. 22, grifo do autor).

O autor evidencia com clareza a qualidade dos estudos teológicos franciscanos e pressupõe a qualidade do ensino e da evangelização destinados aos educandos coloniais. Entretanto, os franciscanos preconizavam e valorizavam uma prática cotidiana, que caminhava par e passo com os estudos teológicos:

O que contou a favor dos habitantes brasílicos foi a prática do dia a dia, em condições quase sempre adversas, que exigiam a criação de novas formas de domínios. O Brasil foi um país construído por “homens práticos”, isto é, homens que aprenderam com a experiência, com a prática. Nisto, os *brasílicos* se aproximam do pensamento escotista, pois olhando a partir do Brasil, os letrados da América portuguesa vão sistematizando e acomodando as mestiçagens ocorridas na sua formação histórica (Almeida, Marcos, 2020, p. 26, grifo do autor).

Os franciscanos se agruparam na Custódia de Portugal, dividida, mais tarde, em tendências de frades observantes e conventuais, sendo que os últimos foram, aos poucos, sendo reduzidos à observância (Ribeiro, 1946). A Província Franciscana portuguesa foi dividida em várias, dentre as quais, a Província de Santo Antônio dos Capuchos, a que veio para o Brasil. Os frades vieram pela primeira vez na esquadra cabralina e a primeira missa foi rezada pelo franciscano Henrique Soares de Coimbra. Décadas depois fundaram, em Olinda, a primeira custódia franciscana no Brasil (Ilha, 1975; Jaboatão, 1858). Ao saber, o Bispo Diocesano e a Câmara da Bahia dirigiram ao Custódio um pedido para fundar um convento na Bahia, o que aconteceu em 1587 (Jaboatão, 1858).

Fragoso (1994, p. 39) declara que “[...] a presença missionária franciscana no Brasil se inseriu historicamente na caminhada conjunta com a Igreja e, de modo mais específico, no contexto da presença evangelizadora dos religiosos”. Não é possível, portanto, dissociar a ação

franciscana da Igreja à qual estava vinculada, tal como pontua Fragoso (1994, p. 43):

A missão evangelizadora franciscana não procedia primariamente de um projeto dos institutos franciscanos, mas sim de um projeto da Corte Régia, em que os franciscanos eram inseridos", mas, acerca da espiritualidade, "os filhos de São Francisco de Assis, embora dentro do seu horizonte temporal, não tiveram como fonte de inspiração de sua ação missionária o projeto colonial, mas sim o próprio Evangelho e a espiritualidade de São Francisco.

Nas regiões onde se estabeleceram, além da catequese dos indígenas, do culto divino, sacramentos, catecismo e outras práticas de piedade, os frades ministravam, ainda, o ensino elementar e instrumental, consoante uma metodologia eminentemente franciscana, com a prática costumeira, peculiar à Ordem, desenvolvida com adaptações e de acordo com os interesses da cultura recém-instalada (Willeke, 1974). Os Estatutos da Província de Santo Antônio do Brasil (1709) tratam da admissão na ordem, dos estudos, da penitência, do culto e da liturgia, da divisão do trabalho, das questões morais, da obediência, das transgressões, dos castigos e da pobreza.

A educação missionária aplicou-se à resolução dos problemas que iam se impondo pelas circunstâncias e a eles ia respondendo com ações práticas. Destarte, as ações dos franciscanos que tiveram êxito foram sendo utilizadas e inseridas em outras regiões (Iglésias, 2010). Esgotado o período colonial, os franciscanos, bem como as demais ordens e o clero diocesano, foram perdendo cada vez mais a situação privilegiada do transcurso colonial. Na virada do século XIX para o século XX, com o fechamento dos seminários era eminente o fechamento das casas franciscanas. Com o advento da República e o cancelamento das proibições, chegaram frades da Alemanha para “restaurar” a vida religiosa franciscana. Depois disso, novas levas de franciscanos alemães continuaram a migrar para o Brasil e assumiram a revitalização da Ordem.

## **Jesuítas na Educação do Brasil Colonial**

No início do século XVI, o Ocidente iniciou uma cisão religiosa que rachou o cristianismo entre católicos e protestantes, mas levou a um florescimento da literatura religiosa no plano da Filosofia, da Teologia e

na produção pedagógico-religiosa. Nesse cenário, se o campo maior onde se exercitavam as hostes católicas foram as assembleias do Concílio de Trento, os mais aguerridos paladinos foram, sem dúvida, os religiosos da Companhia de Jesus (Casimiro, 2002).

Os padres da Companhia de Jesus se diferenciavam das demais ordens por possuir, além dos votos de pobreza, castidade e obediência, um quarto voto: obediência absoluta ao papa. Além do mais, a) Introduziram um período de duração maior na formação dos seus quadros, impondo um noviciado de dois anos e “retardando” notavelmente a profissão; b) Organizaram-se hierarquicamente em graus, e, nesse espaço, só a um número reduzido de professores era concedido o direito de ‘quatro votos’; c) Centralizaram-se na autoridade de um ‘Geral’, que nomeava diretamente os provinciais, os reitores e boa parte dos superiores; d) Exercitavam a obediência, um dos distintivos dos jesuítas, não só no que diz respeito ao quarto voto, mas obediência como exercício constante de virtude; e) Facilitaram as suas finalidades específicas, como, por exemplo: não ter hábito próprio (com o objetivo de se adaptarem melhor aos hábitos locais); abandono da prática tradicional do coro (possibilitando mais liberdade de tempo para os estudos e para o trabalho apostólico); f) Estabeleceram o firme propósito de recusarem dignidades eclesiásticas, a não ser em casos extremos por ordem expressa do papa, a quem estavam vinculados pelo quarto voto (García-Villoslada *et al.*, 1960).

Em 1540, Santo Inácio de Loyola redigiu as **Constituições da Companhia de Jesus**. Essa tarefa começou em 1547 e foi concluída em 1551, sob aprovação da 1ª Congregação Geral da Ordem (Klein, 1997). As **Constituições**, fundamentadas nos **Exercícios Espirituais** (também elaborados pessoalmente por Loyola), tratam da educação escolar e das instituições educativas na sua parte IV, intitulada “Como instruir nas letras e em outros meios de ajudar o próximo e os que permanecerem na Companhia”. Assim, a pedagogia jesuítica foi fecundada nos Exercícios Espirituais, em conformidade com a parte IV das Constituições, e normatizada e posta em prática segundo a orientação da *Ratio* (Klein, 1997). Conforme Toledo (2001), a *Ratio Studiorum* pode ser considerada como o núcleo da prática pedagógica na Modernidade.

Nas aldeias e cidades emergentes, os jesuítas estabeleceram colégios que, além do ensinamento cristão, instruíam os filhos dos colonos

que almejavam assumir lideranças políticas ou mesmo ingressar nas ordens religiosas. Nos colégios, ocorria uma catequese mais tradicional, reforçada pelas prescrições das constituições religiosas.

A catequese impôs aos jesuítas novas estratégias de atuação que facilitassem a conversão dos indígenas. Ao perceber a diversidade de etnias e culturas indígenas, os jesuítas adotaram vários recursos que pudessem auxiliar no mister da catequese (Almeida, Maria, 2020). Com o domínio da língua tupi e de outros dialetos aprendidos, os padres ampliaram as experiências catequéticas com técnicas e métodos diversificados, como peças teatrais, procissões, músicas e danças que passaram a integrar o quadro pedagógico com uma catequese que foi se tornando muito mais atraente aos ameríndios e que não poupava esforços na tentativa de seduzi-los para a vida cristã (Lustosa, 1977).

Muitos jesuítas redigiram e publicaram catecismos os quais saíam do prelo sob os mais diversos nomes, com o propósito evangelizador de ensinamentos cristãos. As cartilhas e manuais escolares destinavam-se aos ensinamentos e à aprendizagem das primeiras letras, da aritmética e, acima de tudo, da religião católica. No século XVIII, era comum a publicação de manuais com conteúdos de primeiras letras e conhecimentos rudimentares do Evangelho. É, nesse contexto, importante lembrar que a catequese e os catecismos não foram os únicos nem principais meios para fazer a educação cristã e a instrução religiosa, uma vez que:

Antes de haver catecismos manuscritos (e, mais tarde, impressos), a educação cristã era feita: pela vida cristã em família, pelo próprio meio comunitário e social, pelas celebrações litúrgicas, pela celebração das festas religiosas, pelas pinturas e esculturas das igrejas, pela própria arte arquitetônica das catedrais e das igrejas, pelo canto sacro, quer o gregoriano para as comunidades conventuais, quer o polifônico para as igrejas e catedrais, quer o simples e popular para as missas dominicais e devoções, et. (Almeida, Maria, 2020, p. 59).

Outras formas de aprendizagens colaboraram para a educação e para a consolidação da cultura colonial: sermonário, música, arquitetura, artes plásticas. Publicações variadas sobre a História da Arte no Brasil analisam, meticulosamente, as diversas modalidades de linguagens artísticas.

Dessa maneira, o consenso é o de que a arte barroca latina foi um movimento artístico eminentemente religioso e contra reformista que expressava um modo coerente de sentir, de educar e de evangelizar (Casimiro, 2002).

Como explicar ao indígena sobre a Santíssima Trindade, a paixão de Cristo e a Ressurreição? Como suscitar nos colonos a importância dos dogmas e a obrigatoriedade do culto? Ao contrário dos protestantes, o suporte verbal, visual e auditivo dos católicos foram elementos proselitistas importantes na educação e na evangelização. Para prender os fiéis, conjugavam-se diversos elementos: velas, incenso, cores, formas; além das palavras, cantos, e ladainhas que deveriam capturar a atenção dos fiéis.

No campo visual, abundam pinturas ilusionistas, talhas movimentadas, interiores dourados, cujos temas evocavam cristos mortos, crucificados e sofrendores; madonas de olhos revirados, penças de anjinhos redondos e arcanjos alados, com botas e espadas pontiagudas; todos vestidos com roupas suntuosas, em acordo com a contradição e a ambiguidade barrocas. Ao lado dessas figuras, em situação de desvantagem, também se faziam presentes cenas do inferno, da perdição e do fogo eterno.

Eles, os Jesuítas, foram, assim, incansáveis na produção teatral trabalhada nos colégios da Companhia de Jesus em Portugal, com “[...] diálogos e autos, comédias, entremeses e invenções, comemorações religiosas e divertimentos tradicionais de origens remotas, danças, folias e chacotas” (Miranda, 2020, p. 66), que seguiam o calendário religioso.

É pois à luz deste contexto que devemos abordar o teatro de José de Anchieta: como fruto da tradição teatral portuguesa e ibérica que embarcou com as naus dos navegadores e que se adaptou criativamente (diríamos ‘jesuiticamente’) às características sócio-culturais dos actores e dos ouvintes a quem se dirigia (índios e reinóis) [...] Assim, músicas e cantares gentílicos faziam parte dos seus autos, juntamente com danças e coreografias em que os actores dançavam enfeitados com plumagens de várias cores sobre o corpo nu (Miranda, 2020, p. 66).

Ao chegar em terras brasileiras, José de Anchieta tratou rapidamente de aprender a língua nativa e, antes de 1556, já tinha redigido



a Gramática da língua mais usada na costa do Brasil, tornada obrigatória em 1560 por Luis da Grã, e, também, posta como instrumento facilitador da aprendizagem da língua nativa para os missionários. O teatro anchietano foi, desse modo, a estratégia mais bem empregada como forma de mover, comover e converter a alma indígena. Foi um instrumento dinâmico de propagação da doutrina católica para inserir o gentio no mundo cristão. Os valores nativos precisavam ser expostos como práticas maliciosas, e, contra elas, os jesuítas deveriam lutar. Luta pela conversão do indígena, homem carente de um conhecimento de mundo cristão e, por causa dessa carência, justificavam-se as inúmeras práticas de servilismo, dentre elas, a escravização amparada nas prerrogativas de uma “justa guerra” (Silveira, 2020).

## **Florescimento e consolidação da Educação no Brasil Colônia**

A diferença fundamental entre a sociedade portuguesa e a sociedade brasileira foi exatamente a existência da mão de obra escrava em quantidade e a precisão de subordiná-la sem conflitos. Além da superioridade bélica dos portugueses, o conhecimento pedagógico e o poder simbólico da Igreja Católica, com o auxílio dos seus conhecimentos artísticos (arquitetura, pintura, talha, escultura, música, literatura, oratória e teatro), impregnavam o espaço reinol e colonial.

Na estratégia de dominação dos colonos e indígenas, os religiosos, inteligentemente, se apropriaram de saberes diversos, acumulados durante a longa caminhada do cristianismo. Observamos, nos escritores coloniais, um trânsito de ideias da religião à filosofia; da filosofia ao direito natural e deste ao direito positivo. Ou seja, da verdade revelada à verdade filosófica. Em outras palavras, a razão filosófica e o direito natural e positivo justificavam a dominação e a escravização. Os teólogos utilizaram conteúdos extraídos do Direito, da Moral e da Fé, e preconizaram, para o senhor, atitudes religiosas e cristãs no trato com os escravos e, para o escravo, uma sistematização de todo um corpo doutrinário/catequético com base nas normas do Concílio de Trento.

Alguns desses conteúdos escritos e/ou declamados no melhor estilo barroco discorriam sobre as Virtudes, a Lei Hebraica, os

Mandamentos de Deus e da Igreja, os pecados, as Obras de Misericórdia, os Sacramentos, as Orações. Sermões escritos ou no altar se referiam aos pecados próprios da “raça de Cam”, considerados como os piores defeitos da raça negra, como a ociosidade, a insolência, a maldade e as desordens – que atentavam contra o bom encaminhamento da empresa colonial – e outros, que muito deveriam incomodar a moral daquela época, como vícios, impudicícia, libidinagem, falta de vergonha, incontinência, adultério, lascívia, prostituição, pecados de natureza inquestionavelmente sexual (Casimiro, 2002).

Os discursos coloniais discorriam sobre bons e maus exemplos da mais variada sorte, ameaças e medos de castigos materiais e espirituais. Podemos vislumbrar essas ameaças nos sermões, coloridos com diversas tonalidades que vão desde as acusações, comparações, exemplos, advertências, admoestações, até chegar aos conselhos e exortações persuasões. Nessa pedagogia, o senhor era o sujeito que deveria exercer o papel de agente (educador) da educação do escravo (o educando). Quando, nos sermões, os teólogos jesuítas (Antônio Vieira, Antonil, Jorge Benci, dentre outros) admoestavam ou alertavam os senhores para a responsabilidade que teriam na condução dos seus escravos, e destacavam que a transgressão daquelas normas e preceitos religiosos poderia levá-los à perdição da alma e que os pecados cometidos pelos escravos, que não fossem bem doutrinados, levariam tanto à perda da alma do escravo quanto à perda da alma do senhor, como responsável.

A teologia que embasou a educação colonial se fez presente no campo educacional, no campo religioso e direcionou a moral, a ética, os costumes, os direitos e os deveres do homem colonial. Tal pedagogia impregnava a sociedade colonial em todos os seus espaços, públicos e privados, que doutrinava e que castigava – em nome da fé – vigilante noite e dia, e da qual, todos eram, ao mesmo tempo, mestres e alunos.

Em quase três séculos de colonização, o Estado Português e a Igreja atuaram conjuntamente no “mandamento” de “dilatara Fé e o Império”. Nessa longa duração, um pensamento teológico de inspiração bíblica, patrística e escolástica serviu de fundamentação tanto para obras filosóficas, teológicas e morais quanto para os manuais de catequeses e cartilhas adotadas em Portugal e na Colônia brasileira. Dilatar a Fé era um compromisso da Igreja, mas era, também, um dever do Reino. Dilatar o

Império era um objetivo conquistador do Reino, ao mesmo passo que, inteiramente, era do interesse da Igreja.

Alguns religiosos, como os capuchinhos, denunciaram o instituto da escravidão, mas, a maior parte deles justificaram legalmente a escravidão. Encontramos exemplos em sermões, reflexões morais e nos manuais doutrinários, autorizados pela própria Igreja.

O ocaso da pedagogia religiosa colonial, com predomínio da atuação jesuítica, se deu com a expulsão dos jesuítas no período pombalino. Mas, mesmo quando terminaram as relações coloniais, com a vinda de D. João VI, com a Independência do Brasil e, mais tarde, com a Proclamação da República – muitos dos seus traços permaneceram.

## Referências

ALMEIDA, Marcos A de. Herança dos Pensadores Franciscanos na Formação da Sociedade Brasileira. *In: Educação e Religião: história e memória da pedagogia Cristã no Brasil*. Curitiba: CRV, 2020. p. 13-30.

ALMEIDA, Maria C. O. de. Os Catecismos Cristãos: uma memória tecida pela Fé. *In: Educação e Religião: história e memória da pedagogia Cristã no Brasil*. Curitiba: CRV, 2020. p. 47-62.

ARNAUT DE TOLEDO, Cezar de Alencar. Razão de Estudos e Razão Política: Um estudo sobre a Ratio Studiorum. *In: Encontro de Pesquisadores de Educação Jesuítica e Formação da Cultura Brasileira: 1549:1759*, 1., 2001, Universidade Metodista de Piracicaba.

CASIMIRO, A. P. B. S. **Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos: uma proposta pedagógica jesuítica no Brasil colonial**. 2002. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

ESTATUTOS DA PROVÍNCIA DE SANTO ANTÔNIO DO BRASIL. Lisboa: Officina de Manuel e Joseph Lopes Ferreira, 1709.

FRAGOSO, F. H. (OFM). Presença Franciscana no Brasil em Cinco Séculos de Evangelização. *In: Entre Memória e Utopia*. Primeiro

Capítulo Nacional da Família Franciscana. Brasília: CEFEPAL, 1994. p. 32-65.

FRAGOSO, F. H. (OFM). **Também Sou Teu Povo, Senhor**: Jubileu 2000 – 500 anos evangelizando o Brasil. Paulo Afonso: CNBB – Regional NE 3, 2000.

GARCÍA-VILLOSLADA, R. *et al.* **Historia de la Iglesia Catolica**: en sus cuatro grandes edades: antigua, media, nueva, moderna. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos – BAC, 1960.

IGLESIAS, Tania Conceição. **A experiência educativa da ordem franciscana**: aplicação na América e sua influência no Brasil colonial. 2010. 431f. Tese (Doutorado em Educação) - Unicamp, Campinas, 2010.

ILHA, Manuel da. **Narrativa da Custódia de Santo Antônio do Brasil (1584-1612)**. Petrópolis: Editora Vozes, 1975.

JABOATÃO, F. A. de S. Ma. **Novo Orbe Seráfico Brasilico ou Chronica dos Frades Menores da Província do Brasil**. Rio de Janeiro: Typ. Brasiliense de Maximiliano Gomes Ribeiro, 1858.

KLEIN, L. F. **Atualidade da Pedagogia Jesuítica**. São Paulo: Loyola, 1997.

LUSTOSA, F. O. de F. (OFM). **A Presença da Igreja no Brasil**. São Paulo: Giro, 1977.

MIRANDA, M. M. L. de. O Teatro de Anchieta e a Reinvenção do Auto Ibérico. *In*: **Educação e Religião**: história e memória da pedagogia Cristã no Brasil. Curitiba: CRV, 2020. p. 63-76.

RIBEIRO, P. BARTOLOMEU. **Guia de Portugal Franciscano, Continental e Insular**: Esquema Histórico de 1217 a 1831 e Crônica Sucinta da Província dos Santos Mártires de Marrocos. Portugal, Residência dos Leixões, 1946, 138 páginas.

SILVEIRA, C. N. D. *et al.* Características do Teatro Anchietano na América Portuguesa: a arte de convencer o indígena. *In*: CASIMIRO, A. P. B. S. *et al.* (Orgs.). **Educação e Religião**: história e memória da pedagogia Cristã no Brasil. Curitiba: CRV, 2020. p. 77-94.

VILLOSLADA, R. G., (S. J.); LLORCA, B., (S. J.); MONTALBAN, F. S., (S. J.) **Historia de la Iglesia Catolica:** en sus cuatro grandes edades: antigua, media, nueva, moderna. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1960.

WILLEKE, F. V. (OFM). **Franciscanos no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1974.